

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1996

Altera o Regulamento Geral do Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça PRÓ-SER.

O PRESIDENTE do Conselho Deliberativo do PRÓ-SER, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 68 do Regulamento Geral, aprovado pela [Resolução nº 62](#), de 18 de setembro de 1992, e tendo em vista decisão do referido Conselho em Sessão Extraordinária, de 12 de novembro de 1996, RESOLVE:

Art. 1º Alterar inciso I do art. 14 do Regulamento Geral do PRÓ-SER, bem como incluir inciso II, renumerando-se os demais, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14

.....

.....

I nos desligamentos decorrentes das hipóteses previstas nos incisos I, II, IV, V, VII e VIII do art. 9º:

a) o beneficiário titular terá o prazo de 60 dias para quitar o saldo de custeio, se houver.

b).

.....

c) a não quitação do saldo de custeio no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

II nos desligamentos decorrentes das hipóteses previstas nos incisos III e VI do art. 9º, o saldo de custeio, se houver, poderá ser liquidado através de consignação mensal em folha de pagamento do órgão ao qual o servidor se destina, sendo facultado o seu pagamento integral no ato de desligamento.

§ 1º Na impossibilidade de se efetivar o desconto, o servidor comprometer-se-á, por meio de preenchimento de formulário próprio, a comparecer à administração do PRÓ-SER, até o quinto dia útil de cada mês, para efetuar o pagamento da parcela, procedendo, assim, até a quitação total do débito.

§ 2º Caso o servidor resida fora do Distrito Federal, comprometer-se-á, através de preenchimento de formulário próprio, a enviar à Administração do PRÓ-SER, até o quinto dia útil de cada mês, comprovante de depósito da parcela mensal em conta do Superior Tribunal de Justiça, procedendo, assim, até a quitação total do débito.

§ 3º A não quitação do saldo de custeio da forma prevista nos parágrafos anteriores implicará inscrição do servidor em dívida ativa. "

Art. 2º Incluir § 3º ao art. 15 do Regulamento Geral do PRÓ-SER, com

a seguinte redação:

"Art. 15

.....

.....

§ 1º Após a primeira reinclusão decorrente de desligamento voluntário ou de ofício, o beneficiário só poderá utilizar as assistência médico-hospitalar, odontológica e benefícios sociais decorridos três meses.

§ 2º Após a segunda reinclusão decorrente de desligamento voluntário ou de ofício, o beneficiário só poderá utilizar as assistência médico-hospitalar, odontológica e benefícios sociais decorridos seis meses. "

Art. 3º Alterar o art. 44 do Regulamento Geral do PRÓ-SER, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44. Não serão efetuados pagamentos de tratamentos feitos sem as perícias inicial ou final nas situações definidas em regulamento com obrigatórias, salvo os casos autorizados expressamente pelo setor odontológico do serviço de saúde do STJ."

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

MINISTRO PEÇANHA MARTINS

PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO